

Brasil vai propor juro fixo aos credores para renegociação da dívida

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O governo brasileiro evoluiu nas suas discussões internas sobre o acerto da dívida externa e, nos últimos dias, passou a trabalhar em cima de uma nova idéia que será levada pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e pelo presidente do Banco Central (BC) Fernando Milliet, ao governo norte-americano.

"Se estamos imaginando uma proposta para que possamos sair da moratória — não queremos voltar a ela dentro de três ou quatro anos — precisamos de um entendimento mais duradouro e um dos pontos que se coloca é denominar parte do serviço da dívida em juro fixo", afirmou Milliet ontem a este jornal. Ele viaja para os Estados Unidos no domingo, dia 6, e retorna na terça-feira ou quarta-feira seguintes, depois de acompanhar o ministro Bresser Pereira na audiência marcada com o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III.

A nova proposição brasileira no sentido de que parte da dívida externa que tem junto à comunidade financeira internacional seja recontratada a juros fixos não deixa de ser uma novidade. Desde 1983, quando o País assinou com os bancos credores estrangeiros o seu primeiro plano de reestruturação da dívida externa, os juros têm sido sempre denominados a taxas flutuantes, seja a "Libor" (taxa praticada no interbancário de Londres), seja a "prime-rate" (taxa oferecida nos Estados Unidos para clientes preferenciais), envolvendo cerca de 78% do total da dívida brasileira.

Milliet, que situa a idéia do juro fixo no rol das "reflexões" a serem colocadas diante dos governos dos países credores, indicou que o nível da taxa do serviço da dívida externa, para a parte que se quer fixar, será de todo modo positiva "dentro de uma expectativa de inflação dos países credores", embora abaixo dos patamares praticados hoje no sistema financeiro internacional. Alguns diferentes cenários estão sendo montados justamente em cima de

exercícios para o comportamento da inflação no hemisfério norte, nos próximos anos.

Em um primeiro momento, o montante da dívida a ser recontratada a juros fixos poderá estar se apropriando, através desse novo mecanismo operacional, de parte do deságio com o qual os papéis brasileiros são negociados no mercado secundário internacional. Mas Milliet fez questão de deixar claro que, no longo prazo, isto necessariamente não tende a se perpetuar. "Os próprios bancos credores poderão ter melhorada a qualidade do seu crédito, na medida em que crescer a cotação de seu 'portfólio' no mercado", atestou ele.

Portanto, o deságio embutido na taxa de juro fixa poderá até mesmo desaparecer defendendo da redução do risco Brasil no sistema financeiro internacional.

Outro ponto que o governo brasileiro também tem em mente refere-se ao que o presidente do BC chamou de "prazos adequados".

Aqui também há uma evolução com respeito às idéias que até então vinham orientando as discussões internas em torno da questão do acerto externo e que detinham-se apenas no refinanciamento dos juros devidos em 1987 e 1988. "Depois de cinco anos de crise, quem sabe os bancos não se colocam um pouco mais a vontade para fazer um acordo de longo prazo". A substituição de parte da dívida externa por títulos com prazo de resgate de cinco ou seis anos faz parte do rol de pontos levantados dentro do governo nos últimos dias.

Milliet deixou claro que o projeto de conversão da dívida externa em investimento de risco no país é tema para ser tratado "pelo governo brasileiro, dentro de nosso próprio interesse", fora do contexto da renegociação da dívida externa. Conforme informou a intenção do governo é retomar formalmente a conversa com os bancos credores em Nova York, dois ou três dias antes do início da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) que se inicia em 28 de setembro, em Washington.